



## **ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM ALAGOAS PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO**

O Ministério Público do Trabalho em Alagoas elaborou um plano de ação regional para tratar, de forma coordenada e efetiva, das iniciativas necessárias ao enfrentamento da pandemia e suas repercussões no mundo do trabalho e na Sociedade no âmbito do Estado.

### **Eixo 1 - Articulação interinstitucional e políticas públicas**

1. Articulação junto ao Gabinete de Crise Estadual para:
  - a. Garantir a aquisição e distribuição constantes de equipamentos de proteção individual para todos os profissionais da saúde e profissionais da segurança pública;
  - b. Implementar e fornecer materiais de higiene para todo o sistema de transporte público;
2. Articulação com as autoridades sanitárias e gestores locais da Saúde, inclusive interagindo com os Gabinetes de Crise municipais e estaduais, com vistas a acompanhar as medidas orientativas e fiscalizatórias.
3. Articulação com a Secretaria de Economia e Fóruns Representantes das Entidades formadoras de aprendizagem profissional com o intuito de assegurar dos programas de aprendizagem e reposição de aulas teóricas e prática.
4. Articulação com os demais ramos do Ministério Público para evitar incremento nos casos de trabalho infantil e para assegurar a proteção e manutenção de estruturas adequadas aos trabalhadores dos órgãos socioassistenciais.
5. Articulação com Universidades e Institutos de Tecnologia na busca de soluções alternativas, como uso de impressão 3D, para criação de protótipos e produção em escala de respiradores, peças de reposição de respiradores e EPIs.
6. Realizados levantamento e recebimento de representantes, na sede da PRT19, das entidades de natureza hospitalar que são referência no estado e estejam na linha de frente do combate à covid-19, assim como de entidades de natureza diversa que possuam projetos voltados para a assistência da população vulnerável - até o final de março/20 haviam sido destinados pela PRT19 R\$ 8 milhões, que foram devidamente informados à PGT;
7. Realizada Audiência entre MPT, Município de Maceió, sindicatos e CRP15 (Conselho Regional de Psicologia do Estado) com vista a definir medidas para garantir proteção a trabalhadores de unidades de saúde. Ao final do encontro, restou definido o cumprimento de 10 medidas, no prazo de cinco dias úteis, para garantir a segurança dos profissionais em destaque, principalmente daqueles que estão na linha de frente do combate ao novo coronavírus.
8. Efetivada a participação do membro focalizador e do Procurador-Chefe nas reuniões e deliberações do Gabinete instituído pela Portaria nº 470/2020.
9. Destinados R\$ 15 mil pelo MPT/AL e Justiça do Trabalho de Alagoas para o Instituto SOS Catinga distribuir kits com cestas básicas, álcool em gel e máscara facial entre famílias quilombolas;
10. Destinados R\$ 470.248,02 pelo MPT/AL e o Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Maceió para a execução do projeto "UTI Virtual Covid-19 Alagoas".

## **Eixo 2 - Atuação estratégia/promoção**

1. Fomento à mediação e negociação coletiva para adoção de medidas de proteção à saúde e exposição à covid-19, dentro e fora dos locais de trabalho e proteção ao emprego e ocupação.
2. Atuação em articulação para manutenção, no âmbito das negociações coletivas, dos postos de trabalho, do padrão remuneratório, incluindo-se trabalhadores intermitentes e avulsos não portuários, e da garantia dos direitos trabalhistas em geral, bem como da regularidade dos procedimentos rescisórios que envolvam dispensas coletivas.
3. Instaurados Procedimentos Promocionais na sede da PRT19 e PTM de Arapiraca.
4. Instauradas mediações (PAs-MEDs 756.2020, 803.2020, 860.202.) como resultado do diálogo com as entidades sindicais para informações sobre conflito trabalhista no tema, sobre estratégias de atuação, para que o MPT possa mediar e apoiar por meio do NUPIA as mediações e conciliações.
5. O MPT/AL obteve, junto ao Juízo da Vara do Trabalho de Arapiraca, uma medida liminar que garante a saúde e segurança de funcionários da Unidade Regional Brasileira de Educação LTDA (UNIRB), no município do Agreste. A instituição ministerial ajuizou uma ação civil pública após receber denúncias de trabalhadores sobre a manutenção das condições laborais inadequadas na faculdade durante a pandemia do coronavírus Sars-Cov-2, responsável pela doença covid-19;
6. Homologada convenção coletiva, a partir de mediação realizada pelo MPT/AL, que estabelece regras para a atuação dos professores da rede privada de ensino de Alagoas e de representantes das escolas particulares e do setor técnico-administrativo;
7. Realizadas reuniões, na sede da PRT19, com diversos representantes de sindicatos patronais e laborais de Alagoas a fim de coletar informações, dirimir dúvidas, repassar orientações e estimular as mediações. Diversas mediações já instauradas com o tema COVID-19, a exemplo dos PAs-MEDs 756.2020, 803.2020, 860.2020;
8. Realizada reunião conduzida pelo Procurador-Chefe da PRT19, com professores da rede particular de ensino do estado e o sindicato da categoria para apresentação de denúncia acerca do estresse e trabalho exaustivo durante a transmissão e gravação de vídeos do conteúdo das aulas;
9. Diante de denúncia recebida pelo MPT/AL no sentido de que os trabalhadores do Hospital Geral do Estado -HGE não estariam recebendo EPIs em tempos de pandemia e de que o HGE não estaria validando atestados médicos apresentados, foi realizada audiência no dia 06/05/20, que concedeu prazo de 10 dias para que o HGE apresente oficialmente comprovantes de entrega de EPIs aos trabalhadores da unidade e lista de atestados médicos recebidos e validados em abril do corrente ano;
10. Motivado pelo Fórum de Teatro de Maceió, o MPT em Alagoas realizou uma teleconferência com representantes do Governo Estadual, da Prefeitura da Capital e da sociedade civil organizada para buscar medidas que mitiguem os prejuízos do setor artístico no estado.
11. Instaurado Procedimento Promocional em face do setor sucroenergético do estado de Alagoas a fim de colher informações e tomar as medidas iniciais necessárias à proteção da saúde dos trabalhadores do aludido setor (PROMO 001144.2020.19.000/2);
12. Ajuizada ACP em face de construtora de Alagoas e obtém liminar que paralisa as atividades da referida empresa, que conforme denúncia recebida pela PTM de Arapiraca, os trabalhadores estavam exercendo normalmente suas atividades, o que colocava em risco à saúde e segurança dos trabalhadores em tempos de coronavírus.

## **Eixo 3 - Divulgação de notas técnicas, recomendações e difusão da informação para ampla conscientização**

1. Expedição de Recomendação aos empregadores, sindicatos patronais, sindicatos profissionais que representem setores econômicos considerados de risco muito alto, alto ou mediano (OSHA), que observem as medidas de segurança que devem ser adotadas nas empresas
2. Expedição de Recomendação à(s) empresa(s) dos setores econômicos com redução das respectivas atividades para adoção de providências para a manutenção dos postos de emprego e ocupação.

3. Expedidas recomendações, com base nas Notas Técnicas expedidas pela PGT e pelas Coordenadorias Temáticas, aos gestores municipais, autoridades sanitárias, empregadores e sindicatos.
4. Recomendado, pelo MPT/AL, que o Município de Arapiraca e a Secretaria Municipal de Saúde cumpram uma série de normas voltadas à saúde e segurança de profissionais que atuam nas unidades básicas de saúde do município, como medida para prevenir e conter o avanço da covid-19. A recomendação, com as mesmas medidas para buscar a proteção dos trabalhadores, também foi expedida para a Unidade de Emergência Daniel Houly;
5. Expedida Recomendação, no dia 03/05/20, pelo MPT/AL, ao Estado de Alagoas no sentido de que seja incluída, no novo decreto de emergência que trata do isolamento social, uma série de medidas que visam intensificar e endurecer as ações de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus, como por exemplo:
  - a. a suspensão de todas as atividades de construção civil em andamento em Alagoas, com raras exceções;
  - b. a obrigatoriedade do uso de máscaras no transporte coletivo urbano;
  - c. a aferição de temperatura, por termômetro de aproximação, de empregados de todos os estabelecimentos, ao chegarem diariamente ao trabalho, devendo ser afastado caso seja constatada temperatura maior ou igual a 37,3 graus;
6. Expedida Recomendação Conjunta nº 01/MPE/MPF/MPT aos(as) prefeitos(as) de todos os municípios de Alagoas a fim de que cumpram fielmente os termos dos Decretos Estaduais 69.527/2020, 69.529/2020, 69.530/2020, 69.541/2020, 69.624/2020 e, notadamente, do Decreto nº 69.700/2020, bem como dos que lhes sucederem;
7. Expedida Recomendação aos 102 municípios de Alagoas para que adotem medidas normativas e administrativas necessárias ao pagamento de renda mínima a catadores de materiais recicláveis;
8. Expedida Recomendação aos supermercados de Alagoas que adotem medidas de proteção à saúde de funcionários, prestadores de serviços terceirizados e clientes durante a pandemia do coronavírus;
9. Expedida Recomendação para que a Santa Casa de Misericórdia de Maceió ofereça algum tipo de incentivo financeiro aos trabalhadores que possuem filhos pequenos, para que um profissional possa cuidar das crianças, diante da proposta realizada para suspensão das atividades na creche da unidade hospitalar;
10. Expedida Recomendação pelo MPT/AL ao Município de Viçosa para que se cumpram uma série de normas para proteger trabalhadores diante do risco de contágio pela covid-19;
11. O MPT/AL, por meio da Procuradoria do Trabalho de Arapiraca, obteve uma decisão liminar que garante adequações ao meio ambiente laboral em benefício de empregados de empresa de call center;
12. Concedida entrevista à TV Gazeta (Globo), no dia 19/05/20, em que o Procurador Luiz Felipe dos Anjos falou sobre a recomendação expedida aos cemitérios de Maceió;
13. Concedida entrevista à TV Gazeta (Globo), em que o Procurador Luiz Felipe falou sobre a recomendação expedida às funerárias de Alagoas.

#### **Eixo 4 - Medidas administrativas de apoio à atuação do MPT**

1. Constituído GIAC "Covid-19";
2. Efetivada a participação nas deliberações do GIAC Covid-19 Nacional;
3. Realizada a divulgação de todos os informes pelo Focalizador por e-mail e grupos de whatsapp;
4. Priorizada a atuação das seções de perícias técnicas no tema "covid 19";
5. Distribuídas as NFs tema "covid-19" entre todos os Ofícios;
6. Suspendidos os prazos administrativos externos conforme Ato PGT CGMPT Nº 2/2020.
7. Realizada pela DTI pesquisa on-line a fim de planejar melhor todas as ações voltadas para solução de incidentes de TI que ocorrem com os usuários do Home Office;
8. Realizadas, pela equipe de DTI da PRT19, ações de orientação e treinamento, via Skype for Business, para os membros, servidores e estagiários da Regional, durante a última quinzena do mês de abril/2020.
9. Realizada a priorização de perícias técnicas no tema covid-19, com apoio administrativo total da chefia da unidade (autorização de PCDs, convocação de servidores lotados na secretaria de segurança institucional da Unidade para fins de transporte dos peritos);

## Destinações da Unidade

Até o momento, a unidade realizou um total de R\$ 6.588.625,58 em destinações para o combate à covid-19. Esse recurso possui as seguintes origens: [Ações judiciais R\$ 6.588.625,58].



@mptalagoas



@ mptalagoas

<http://www.prt19.mpt.mp.br/>